

PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E O CONTROLE SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

PLANES MUNICIPALES DE EDUCACIÓN Y EL CONTROLE SOBRE LA FINANCIACIÓN DE LA EDUCACIÓN

Da Silva Tormes, Diego Dartagnan

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
diegotormes2@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

JUSTIFICATIVA:

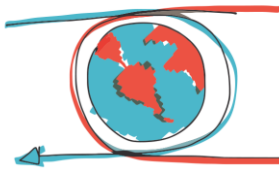
O presente artigo traz algumas reflexões realizadas a partir da pesquisa para a dissertação de mestrado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE/UFSM) que foi realizada com o apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil. O presente artigo busca analisar como as metas e/ou estratégias propostas nos Planos Municipais de Educação (PME) dos municípios que instituíram seus Sistemas Municipais de Ensino (SME), na região da associação dos municípios da região central do Rio Grande do Sul (AMCENTRO/RS) abordam o financiamento da educação local e o controle institucional, exercido através de conselhos, dos recursos públicos destinados à educação local

DESENHO/METODOLOGIA/ABORDAGEM:

Especial atenção deu-se às metas número 19 e 20, que, quando análogas às metas do Plano Nacional de Educação (PNE), tratam, respectivamente, da gestão democrática e do financiamento da educação. Espera-se, com essa pesquisa, compreender como os municípios analisados pretendem estruturar mecanismos de controle e de gestão democrática, a partir dos PME, vinculados com o financiamento da educação básica local. A metodologia adotada baseia-se na perspectiva da educação comparada entre sistemas e políticas públicas municipais, de acordo com os pressupostos de Rui (2010) e de Bray e Kay (2010), entre outros, acerca da comparação entre políticas e sistemas educacionais. Utiliza-se, além da revisão bibliográfica e consulta a leis locais, os conceitos de gestão democrática abordados por Werlle (2008), Batista (2013) e os estudos sobre financiamento e controle de Farenzena (2015) e Davies (2015).

ACHADOS:

Em linhas gerais pode-se perceber que os municípios analisados seguiram, na sua maioria, as orientações nacionais para a construção do Planos Municipais de Educação, a tal ponto de terem estratégias idênticas às do Plano Nacional de Educação, ainda que essas não fossem de competência dos municípios. Percebeu-se ainda que, nas metas analisadas (19 e



20), há menção a mecanismos de controle e participação social. Esses são citados como elementos para a efetivação dos PME e ainda, mencionam nominalmente conselhos já existentes bem como a necessidade de formação continuada para esses colegiados.

LIMITES DA PESQUISA/IMPLICAÇÕES:

Cabe destacar que a presente pesquisa selecionou alguns municípios do Rio Grande do Sul, estado brasileiro que conta com 49 municípios, em sua maioria de pequeno porte. Foi escolhida a região da AMCENTRO/RS por ser a principal área de abrangência geográfica da UFSM. Considerando esses limitadores, é possível pensar que a mesma linha de análise e pesquisa possa ser expandida para outras regiões, municípios ou mesmo estender tal análise sobre os Planos Estaduais de Educação.

O QUE É ORIGINAL/VALOR DO ARTIGO:

Muito tem-se debatido, na última década, sobre a necessidade de municípios e estados brasileiros construir seus planos de educação, adotando-os como uma agenda de trabalho para o desenvolvimento da educação na próxima década. Mas que agendas são essas? Há aproximações ou distanciamentos? Que conceitos trazem sobre controle social e institucional, gestão democrática e sobre financiamento da educação? A que ponto se desenvolve a autonomia dos municípios para produzir e compreender uma agenda dessa magnitude? Estabelecer um estudo comparado dos municípios em questão possibilita questionar sobre os limites da compreensão dos municípios quanto a sua autonomia sobre conceitos básicos sobre gestão democrática e de políticas educacionais no Brasil. Houve construção do PME, mas o que eles contêm nem sempre é executável, ou ainda mera repetição do PNE o que, ao nosso ver, pode apontar para possível fragilidade de autonomia dos municípios, pelos menos dentro do lócus analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Municipal de Educação. Financiamento. Controle. Gestão democrática

REFERÊNCIAS

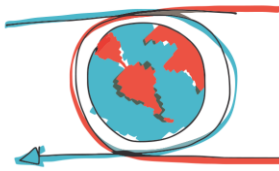
ANDRADA, J.B.T.A. (2012) Federação. In. C.L.F. Castro e C.R.B. Gontijo (Eds.) **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena. EdUFMG.

BATISTA. Neusa Chaves. **Políticas Públicas para a Gestão democrática da Educação Básica: um estudo do Programa Nacional de Formação de Conselheiros Municipais de Educação**. Jundiaí: Pacto Editorial, 2013.

BRAY.Mark. ADAMSON. Bob. MASON. Mark. **Educación comparada: enfoques y métodos**. Buenos Aires: Granica, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 03 mar. 2016.



_____. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 01
mar. 2017.

FERREIRA, A.G. (2008). **O sentido da educação comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade.** *Educação*, Vol. 31, pp. 124-138.

DAVIES. Nicholas. Aplicação das verbas A da educação: controle estatal ou social? **Faz Ciência.** V. 12, n. 16. Francisco Beltrão. 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7436>. Acesso em: 30 nov. 2015.

FARENZENA. Nalú. Controle Institucional em políticas federais de educação básica no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** v. 26, n. 2. 2010. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/19716/11487> >. Acesso em: 26 nov. 2015.

RUI. Yang. La comparación de políticas. In. BRAY.Mark. ADAMSON. Bob. MASON. Mark. **Educación comparada: enfoques y métodos.** Buenos Aires: Granica, 2010.

VIEIRA. Sofia Lerche. **Educação Básica: política e gestão.** Brasília: Líber Livro, 2009.

WERLE. F. O. C. THUM. A. B.. ANDRADE. A. C. **O Sistema Municipal de Ensino e suas Implicações para a atuação do Conselho Municipal de Educação.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.* V. 24, n. 1, p.79-109. Jan. /abril. 2008.